



LUTO PROTESTO NA “FABRICAÇÃO” DOS MÁRTIRES DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Alberto Rafael Ribeiro Mendes¹

Resumo: Este artigo discute os usos políticos da morte dos trabalhadores rurais e seus aliados na luta pela terra no Brasil, a partir da análise do processo de fabricação dos mártires, as vidas exemplares de homens e mulheres que, depois de dedicarem a vida em favor dos direitos dos pobres da terra, continuam a orientar a caminhada dos sobreviventes por meio de sua presença encantada. O culto dos mortos, seja pelas celebrações religiosas, ou pela referência ao sangue da vítima, que se torna semente e alimento da continuidade das lutas, tornam-se ocasiões de protesto e de denúncia das condições produtoras de violência no campo, além de reivindicarem a modificação de tais condições e o respeito aos direitos humanos dos camponeses. O ato de produzir mártires também é uma forma de importar-se com a vida dos pobres da terra, de criar socialmente um valor para aquelas existências frequentemente ignoradas pelo poder político e econômico em nossas sociedades. Enlutar se torna, portanto, uma forma de dizer que as vidas dos camponeses e seus aliados também merecem ser vividas.

Palavras-chave: Martírio. Luto. Protesto. Camponeses.

MOURNING PROTEST IN THE "MAKING" OF THE MARTYRS OF THE STRUGGLE FOR LAND IN BRAZIL

Abstract: This article discusses the political uses of the death of rural workers and their allies in the struggle for land in Brazil from the analysis of the process of making the martyrs, the exemplary lives of men and women who, after dedicating their lives in favor of the rights of the poor of the land, continue to guide the survivors through their enchanted presence. The cult of the dead, either through religious celebrations or through reference to the victim's blood, which becomes the seed and nourishment for the continuity of struggles, becomes occasions for protest and denunciation of the conditions that produce violence in the countryside, in addition to claiming the modification of such conditions and respect for human rights of peasants. The act of producing martyrs is also a way of caring about the lives of the earth's poor, of socially creating value for those existences often ignored by political and economic power in our societies. Fighting becomes, therefore, a way of saying that the lives of peasants and their allies are also worth living.

Keywords: Martyrdom. Mourning. Protest. Peasants.

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará e professor da rede de ensino estadual do Ceará. Colunista do site História da Ditadura – HD. E-mail: albert@alu.ufc.br



1 A Vida nasce da morte: da vítima ao mártir.

Duas mulheres, sobretudo, dona Margarida e dona Santana, estavam sofrendo na delegacia, impotentes, e sob torturas – um dia sem comer e beber, de joelhos, braços abertos, agulhas na garganta, sob as unhas – essa repressão desumana. Eram mais de seis horas da tarde, e seus gritos se ouviam da rua: ‘Não me bata!’ Decidi ir até a delegacia interceder por elas. [...] O padre João Bosco, que estava lendo, rezando – como leu e rezou muito estes dias em que conviveu conosco na Prelazia –, fez questão de me acompanhar. [...] Quando o padre João Bosco disse aos policiais que denunciaria aos superiores dos mesmos as arbitrariedades que vinham praticando, o soldado Ezy Ramalho Feitosa pulou até ele – três metros apenas – dando-lhe uma bofetada fortíssima no rosto. Inutilmente tentei cortar aí o impossível diálogo: ‘João Bosco, vamos...’ O soldado, seguidamente, descarregou também no rosto do padre um golpe de revólver e, num segundo gesto fulminante, o tiro fatal, no crânio. Sem um ai, o mártir, – mártir sim! – caiu, esticado, pensei que morto. [...] Entretanto, o padre João Bosco vivia, consciente e generoso, sua agonia de mártir, forte, sofrido, sem oblação. Invocou várias vezes o nome de Jesus. Ofereceu várias vezes seu sofrimento pelos índios, pelo povo. Pelo povo de nossa Prelazia, pelo povo de sua Prelazia de Diamantino. Lembrou-se do CIMI, de D. Tomás Balduino, seu presidente. [...] O padre João Bosco foi santificado com o resto de sua vida, oferecida ao vento da noite e a Deus, aquelas estradas, aquelas fazendas, onde tantas vidas humanas, anônimas, sofreram e sofrem sacrificadas. Foi, aquela, uma via sacra de Redenção pelos caminhos da Amazônia Legal, pelas terras dos índios, dos posseiros, dos peões. [...] E todos sentimos logo que aquela vida imolada virava testemunho e comoção. Era um missionário entre os índios que morria, e morria por libertar da tortura duas pobres mulheres do Povo do interior. [...] Quando enterrávamos, sob o calor do Mato Grosso, quase meio-dia, o corpo-semente do padre João Bosco Penido Burnier, missionário e mártir, perto de uma cerca de arame farpado – símbolo de todas as cercas do Latifúndio que oprime o povo de nossa Amazônia, Deus pôs um sinal no céu: o arco-íris cingiu de Glória e de Paz a nuvem escura que flutuava entre o céu e a terra naquela hora. (CASALDÁLIGA, 1978, p. 131 e ss).

Eis como D. Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia – MT, narra o nascimento de um mártir. O mártir, religioso ou leigo, é alguém que decidiu estar, preferencialmente, ao lado dos pobres, dos marginalizados, dos perseguidos. Ele toma para si as dores do outro e faz dessa dor uma oferta para Deus, convertendo-a em caminho para a entrada na vida eterna. Pela dor, ele aproxima-se de Jesus, imitando-o, irmanando-se no sacrifício e no calvário (LE BRETON, 1999, p. 217). Não se nega o martírio, não se reclama o sofrimento, não se lamenta a dor da carne. João Bosco não ousou soltar um *ai*. Pelo contrário, na agonia, se vê Jesus.

O sofrimento se converte em Glória, a morte dá espaço à vida e o corpo imolado é a expressão da entrega por amor dos marginalizados. Ora, o instante da morte é também o da eleição, a vítima se torna mártir, exemplo, talvez santo; não se trata de fim, mas de início de uma vida santificada. Daí porque não se enterra o corpo vitimado, mas planta-se a semente que deverá fazer brotar a nova vida, a nova terra, as novas formas de sociabilidade.

Padre João Bosco recebera, imediatamente, as bênçãos de Deus que, com o arco da promessa,

encheu de luz a terra envolta em trevas. Padre João Bosco tornara-se mártir.

Mas há uma outra dimensão do uso social da dor nesse processo de martírio que me interessa primordialmente, e tem a ver com os usos políticos da eleição e do culto dos mártires na luta pela terra. Isso porque no *trabalho de fabricação*² desses mártires da contemporaneidade não está em curso somente a oferta de uma vida como meio para alcançar a vida eterna. Ele está assentado em uma profunda crítica aos modelos sociais excludentes e expropriadores do sistema capitalista na América Latina.

Uma nova era de martirização se anuncia na segunda metade do século XX na América Latina, principalmente no contexto dos regimes autoritários vivenciados por vários países da região, provocando uma série de transformações na Igreja Católica latino-americana, cada vez mais próxima dos pobres, dos marginalizados, dos excluídos e dos perseguidos políticos da repressão das ditaduras. Essa inflexão possibilitou a releitura do martírio, atualizando-o, aproximando o sacrifício de Cristo ao de homens e mulheres igualmente vilipendiados pelo poder repressivo dos novos tempos. Opera-se, por exemplo, um desvio dentro da tradição cristã dos calendários, incluindo novos santos, mártires da contemporaneidade, figuras atingidas pelo poder dos carrascos ditatoriais (RAMOS, 2014, p. 112).

A possibilidade de divinização da vida e da morte agora se aproximava da região latino-americana, afastada da cristandade europeia. Iniciava-se um processo de eleição dos santos e dos mártires do povo, com a cara dos camponeses, dos indígenas, dos operários. Um processo de martirização fincado nos problemas e nas injustiças próprias dos países latino-americanos, o que significa também a denúncia das violências e das condições políticas que as produzem.

Um exemplo dessa busca pelos mártires brasileiros pode ser verificado na publicação, em 1982, de uma edição especial da revista *Sem Fronteiras*, de responsabilidade do *Instituto Comboniano de São Judas Tadeu*, em São Paulo. Dedicada aos mártires da América Latina, a revista selecionou e distribuiu em um calendário anual os mortos que “tomaram pela causa de Deus” na região. *América Latina: foram mortos continuam vivos*, eis o título.

O objetivo da publicação é a celebração da memória de homens e mulheres, leigos ou religiosos que morreram nos conflitos sociais em cada país, que pagaram com o próprio sangue a

² Aproximando-se das teses de Peter Burke, a *fabricação* diz respeito a um processo de elaboração e apresentação da imagem pública de uma personalidade, processo que envolve diversos mecanismos e linguagens, em que entram em cena a iconografia, a poesia, o teatro, as celebrações, as festas, os calendários etc. Trata-se de construir um personagem, edificar sua imagem, erigir uma memória positiva, enfim, promover publicamente a figura selecionada. Ver: BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

escolha da defesa e da luta pelos irmãos. Desse modo, apresenta-se:

Há alguns anos, importantes centros de publicação e documentação de vários países da América Latina iniciaram um trabalho de coleta de dados sobre os mártires da recente história da Igreja latino-americana. São trabalhos ingentes, porque não se trata de descobrir somente os nomes de padre e bispos, mas também de leigos, entre os quais camponeses, operários, mulheres do povo; daqueles, enfim, que durante os séculos não tiveram “voz” nem sequer “nome”³.

Ora, o novo martirologio latino-americano busca, para além do caráter sagrado que pressupõe a edificação de figuras martirizadas, atingir o cerne dos problemas sociais, especialmente a opressão dos regimes autoritários que atingiu boa parte da região entre os anos 60 e 70 do século XX. Além disso, tratar da marginalização dos pobres, da violação de direitos básicos, denunciar a tortura, o massacre dos camponeses e dos povos indígenas. Daí porque os santos e os mártires são lembrados a partir da violência que sofreram, juntando o “nome” à “voz”, que agora pode gritar e denunciar o crime sofrido.

Para o caso brasileiro, estavam listados no calendário:

Sebastião Mearim, líder dos trabalhadores rurais, assassinado pelos grileiros (Pará, Brasil, + 1981); Ângelo Cretan, cacique dos Caingangues, martirizado por defender os direitos de sua nação (Brasil, + 1980); Mateus e Moacir, índios guajajaras, assassinados a mando dos fazendeiros (Maranhão, Brasil, + 1980); Alexandre Vannuchi Leme, estudante, torturado e morto pela Oban (Brasil, + 1973); José Pedro dos Santos, líder sindical assassinado na porta de sua casa por denunciar os desmandos dos fazendeiros (Alagoas, Brasil, + 1981); Marcelo dos Santos, líder sindical assassinado dentro de sua casa, por ter apoiado a luta de mais de 400 famílias em questão com grileiros (Maranhão, Brasil, + 1981); Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, camponês, sindicalista, agente de pastoral, assassinado no Brasil (+ 1980); Frei Tito de Alencar, religioso brasileiro de 29 anos, vítima de terríveis torturas infligidas pelas Forças de Segurança em São Paulo, Brasil (+ 1974); João Bosco Penido Bournier, sacerdote, mártir em Mato Grosso, Brasil (+ 1976) [...]

Na eleição do mártir também reside a negação do sistema político opressor e repressor dos pobres do campo e da cidade. O gesto de culto é também um ato político que desafia o poder e as estruturas sociais que sustentam a exploração e a exclusão dos homens. Os novos mártires assumiram a causa dos marginalizados, das populações vulneráveis, e por causa desse compromisso se tornaram alvos preferenciais da violência, “quanto mais ligado ao povo, mais ‘suspeitos’ e ‘condenáveis’” (MARINS; TREVISAN; CHANONA, 1984, p. 12).

O mártir da luta pela terra é uma fabricação política e socialmente engajada que pretende

³ SEM FRONTEIRAS. *América Latina: foram mortos, continuam vivos*. 1982.

tocar profundamente os problemas da concentração fundiária, da exclusão dos trabalhadores do processo de distribuição da terra, da violência contra os camponeses, da desterritorialização das comunidades tradicionais, do trabalho escravo, da agressão aos recursos naturais. O martírio pressupõe um engajamento social que precede a morte do corpo do sujeito violentado e que não se encerra no funeral. Eis porque na morte nasce a vida, o mártir continuará presente, animando e encorajando as lutas. Se, pelo martírio, chega-se à Glória de Deus, por ele, também, se estabelecem os fundamentos da crítica histórica.

Nesse sentido, pois, adverte-nos Ivo Poletto e Hamilton Pereira (Piedro Tierra), membros da CPT, em artigo sobre *O martírio na luta pela terra*:

A lembrança evangélica de que o Ressuscitado é o irmão que teve sua vida ceifada pela tortura da cruz é o melhor caminho para não mistificarmos o sentido do “martírio” dos nossos irmãos assassinados. É necessário não esquecer que eles foram mortos e que sua morte clama por justiça. Eles são, sem dúvida alguma, testemunhos evangélicos que vale a pena dar a vida, mas testemunham, ao mesmo tempo, que a História dos homens está ainda dominada pelas leis da morte, que há interesses de classe contrários à fraternidade [...] Daí que os mártires são novo convite de Deus para que sejam superados os interesses de classe que exploram o povo⁴.

À dor dos mártires se juntam as dores do mundo e a memória dessas figuras eleitas é um pressuposto para pôr em discussão as estruturas causadoras da violência. Pôr diante dos olhos e dos ouvidos o mártir é também presentificar e problematizar as causas de seu sacrifício.

A *fábrica* de mártires da luta pela terra é, a meu ver, parte do esforço para poder dizer a violência no campo brasileiro, ela compreende o conjunto de narrativas e de linguagens desse processo, um meio, uma ferramenta, talvez. O certo é que a martirização ultrapassa os limites religiosos para tocar diretamente os problemas sociais, principalmente para questionar a marginalização dos pobres.

Dizer, *se fabrica o mártir*, implica uma operação consciente, deliberada e intencional, que passa pela promoção pública do candidato ao martírio, pela exaltação de sua história de vida, pela celebração de cultos e homenagens, pela produção e reprodução de sua imagem visual, pela inscrição de sua páscoa em festas ou calendários. Assim, insere-se no imaginário social a memória de uma vida que o poder preferia ocultar.

Reconhecer essa maquinaria não diminui a importância do mártir, nem deve ser fator de dessacralização desta ou daquela figura que recebeu da Igreja ou do povo, a aura mística do ser

⁴ CPT. *O martírio na luta pela terra*, 1986.



encantado⁵. O que se pretende é pensar essa construção da figura do mártir como um ato político, como mecanismo de intervenção social dos pobres, da Igreja e dos grupos de apoio à luta pela terra, no problema da violência no campo. É um modo de dizer que o sangue derramado do mártir relampeja nas outras existências igualmente vilipendiadas.

O mártir da luta pela terra tem um rosto. Se reconhece. Se localiza. Se nomeia. Por essa razão, pode-se sugerir, se diferencia das outras vítimas da violência no campo, anônimas, despersonalizadas, incógnitas; rostos e corpos indecisos. Ora, o que pode parecer uma hierarquização pretensiosa dos sujeitos vitimados é, a meu ver, mecanismo político de enfrentamento do poder e de denúncia das estruturas sociais produtoras de tal violência.

Falo-vos do *discurso de martirização* dessas vítimas localizadas e reconhecidas por seu engajamento na luta pela terra, uma prática enunciativa que pretende criar figuras modelares, exemplos de vida e de morte para a comunidade dos vivos. Já o sabemos, o discurso não é somente àquilo diz e traduz o objeto de que se fala, ele participa da invenção do próprio objeto (FOUCAULT, 2012). Não é despreziosa a eleição de mártires pelo discurso, ao contrário, ela visa abrir espaço social para o problema da violência no campo, colocando em foco as figuras exemplares, que gozarão, é verdade, de maior poder de luto público.

O mártir já dispõe, antes de sua morte física, de destacada posição no interior das comunidades de trabalhadores rurais, seja por sua atuação sindical em favor dos direitos trabalhistas, seja pelo apoio jurídico aos camponeses, seja pela ação missionária de religiosos e de leigos na partilha do Evangelho do Cristo histórico e da Igreja que fez a opção pelos pobres.

Politização do luto e do martírio? Sim. Primeiro porque o direito ao luto não está garantido *a priori* e não se distribui igualmente; depois, garantir o choro e o lamento por uma vida é dar-lhe importância, reconhecê-la com tal. Mobilizar formas de pranto e de luto é pois, uma forma de buscar reconhecimento da vida mesmo quando esta já foi perdida.

No *discurso de martirização* reside não só a edificação da memória gloriosa daquele que deu a vida em favor do outro, mas também a necessidade de julgamento da sociedade, de cobrança, de denúncia; é um convite à revisão das instituições e dos poderes constituídos; uma oportunidade de análise do modelo de *governamentalidade*⁶ (talvez seja mais adequado dizer

⁵ Sobre isso, ver: SOUZA, Edimilson Rodrigues de; CICCARONE, Celeste. A fabricação de mártires encantados e suas apropriações por coletivos rurais e indígenas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 29, n. 85, p. 33 – 48, jun., 2014.

⁶ Conforme Foucault, a *governamentalidade* diz respeito ao conjunto das instituições, dos procedimentos análises, reflexões, dos cálculos e das táticas de exercício do poder que tem como alvo a população, como forma principal de saber



*necrogovernamentalidade*⁷) a que estamos inseridos.

Conforme D. Pedro Casaldáliga, “La imagen del mártir duele” (CASALDÁLIGA, 2013). Essa uma das razões para o investimento no *discurso de martirização*. Fazer doer os governos autoritários, as instituições promotoras da morte e o corpo social que silencia e finge não ver a produção cotidiana de corpos matáveis.

2 Culto dos mártires: missa e protesto

As celebrações religiosas dedicadas ao morto são ocasiões privilegiadas do nascimento dos mártires. Nelas, se desenrolam os rituais de transformação da vítima em figura modelar, onde a vida e a morte são reelaboradas de modo a constituir uma nova existência heroicizada pelo seu sangue. Ali, se realiza também a transformação da morte em vida, ponto de partida para a presentificação do mártir no seio da comunidade. Nas missas, dá-se o encontro do povo com o seu futuro objeto de crença, de fé, de devoção e de identificação.

13 de maio de 1986. Tocantinópolis – MA. Uma multidão estimada em 4 mil pessoas acompanhou os ritos fúnebres do padre Josimo Moraes Tavares, assassinado com um tiro nas costas no dia 10 de maio de 1986. Uma procissão acompanhou o corpo do sacerdote com faixas e cartazes que clamavam por justiça. Na sequência, realizou-se uma missa de corpo presente, celebrada por Dom Luciano Mendes, secretário-geral da CNBB, e assistida por mais 10 bispos, 54 padres e pelo ministro da reforma agrária, Nelson Ribeiro.

A violência do latifúndio atingia em cheio o coração da Igreja Católica. Padre Josimo era coordenador da CPT na diocese de Tocantins – GO e destacava-se no apoio aos posseiros e à luta pela reforma agrária. Havia alertado diversas vezes as autoridades brasileiras, inclusive o presidente José Sarney, sobre os riscos e as ameaças que vinha sofrendo. Caiu em 10 de maio de 86 e sua morte abriu um imenso espaço de discussão sobre a violência no campo, obrigando o governo federal a

a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. É o estabelecimento do *Governo* como forma de poder em substituição à soberania, à disciplina etc., criando, para isso uma série de aparelhos específicos e um conjunto de saberes. FOUCAULT, Michel. Governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016, p. 429.

⁷ O termo introduz uma questão que ultrapassa os limites teóricos da *Necropolítica* de Mbembe, e diz respeito à gestão dos corpos após a consumação da morte. Além de produzir mortos, como o governo administra essas mortes? O que faz com o corpo morto? Como distribui a necropolítica sobre os corpos vivos? Conforme Fábio Luís Franco, “Articulados com a necropolítica, os dispositivos necrogovernamentais entram em ação após a ocorrência da morte com a finalidade de gerir os cadáveres e, por meio deles, os viventes”. Ver: FRANCO, Fábio Luís. *Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*. São Paulo: Ubu Editora, 2021, p. 45.



adotar medidas de emergência para a contenção dos conflitos nas regiões mais tensas do país⁸.

A primeira missa a Josimo foi marcada pelos protestos dentro e fora da Igreja. Dom Luciano Mendes ressaltou o caráter anunciado da morte do padre, que foi ameaçado e sofreu atentados anteriores ao assassinato. Destacou que a Igreja havia alertado as autoridades nacionais sobre a iminência do crime e avisado ao presidente sobre o clima de tensão no extremo norte de Goiás, sul do Pará e norte do Mato Grosso.

No trajeto entre a igreja e o cemitério, em um caminhão que acompanhava o féretro, diversos oradores alternavam-se para manifestar suas homenagens a Josimo e para protestar contra a violência no campo. Ali, antes do sepultamento, um orador afirmava que “o corpo de Josimo morreu, mas seu espírito e sua luta vão continuar presentes”, além de haver quem se referisse ao padre “igualando-o aos ‘mártires’ da Igreja Católica”⁹.

O documento não deixa claro quem, de fato, pronunciou essas palavras, sabe-se apenas que no caminhão encontravam-se nomes destacados da Igreja Católica, como D. Tomás Balduino, Bispo de Goiás Velho – MT, D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia – MT, D. Celso Pereira, bispo de Porto Nacional – GO, D. Luciano Mendes, além do Ministro Nelson Ribeiro, o padre Ricardo Rezende, coordenador da CPT Araguaia-Tocantins, Hamilton Pereira da Silva, Secretário Geral da Central Única dos Trabalhadores em Goiás, e outras figuras ligadas ao movimento sindical e a partidos políticos. Sabe-se, também, que os discursos mais destacados, ou “mais violentos”, como registrou o documento, saíram da boca de Pedro Casaldáliga, de D. Celso e de Hamilton Pereira.

O certo é que, naquela ocasião, do alto de um palanque improvisado, quase um altar arranjado, iniciava-se o processo de eleição do padre Josimo ao título de mártir, a partir de uma afirmativa fundamental, talvez a essência do martírio: Josimo não morreu. Sua luta e sua alma continuarão presentes. Isso porque o mártir precisa penetrar na memória social como uma entidade permanentemente viva, companheira e ativa.

Daí a necessidade de reintroduzir, cotidianamente, a imagem, a história, o testemunho, o trabalho social e a vocação do sujeito martirizado no seio de uma dada comunidade de crentes. Há um imperativo: lembrar. “Um povo, uma Igreja que esquece os seus mártires não merece sobreviver!” (CASALDÁLIGA, *apud* MARINS, T. (MARINS; TEVISAN; CHANONA, 1984, p.

⁸ Jornal do Brasil. *Morte do padre faz governo federal intervir*. 13 mai. 1986, p. 5.

⁹ SNI. *Sepultamento do padre Josimo Tavares de Moraes, em Tocantinópolis/GO*. 1986. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/86056359/BR_DFANBSB_V8_MI_C_GNC_AAA_86056359_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.



12). Do que resulta investir nos mecanismos de construção da memória sempre e mais gloriosa do mártir.

No discurso de sepultamento, proferido por padre Nilson Vieira da Silva, evidenciam-se os marcadores do martírio de Josimo:

Teu sangue como a chuva benfazeja há de fecundar a terra e como semente de cristianismo brotarás como uma manhã radiante de Páscoa trazendo a esperança da Ressureição. [...] Teus exemplos de bravura destemida, de religiosidade, e brasilidade, serão imitados por todos nós. Tua memória jamais será esquecida. [...] Meus amigos não desanimemos. Não recuemos. Ainda temos muito que caminhar. Um novo tempo vai chegar. Lutar não foi em vão. [...] Armados com o vigor do evangelho. Com o capacete da justiça, sem temor, na mesma fé, seguindo os passos de Jesus e as pegadas de Josimo pois agora mais do que nunca como cidadão do céu sem dúvida alcansaremos os nossos ideais de: terra para todos os trabalhadores do bico do p. e do Brasil, trabalho para todos, justiça para todos, pão e moradia para todos, paz e prosperidade para todos a partir da morte do Josimo [...] ¹⁰.

O sangue da vítima de violência no campo é uma das imagens mais recorrentes e mais representativas desse trabalho de martirização. Ao mesmo tempo em que ele lembra e denuncia as diversas formas de violação de direitos no espaço rural, também aponta para a continuidade das lutas e das resistências que se travam contra o latifúndio. O derramamento de sangue é, também, sinal de enfrentamento e ação dos trabalhadores rurais e seus aliados. Mostra que não há passividade, não há abnegação, não há desistência, não existe fim da luta.

Isso também se constrói visualmente, numa produção iconográfica que alude ao sangue e ao valor da figura martirizada, como se ao expectador fosse dirigido um “veja, esse sangue foi derramado por você, por sua causa”, como Jesus em seu sacrifício.



Figura 1: Assassinado. Fonte: CEDEM.

¹⁰ *Ibid.* Optei por manter a ortografia encontrada no documento.

Por isso o sangue se transformará em palavra de ordem. *Teu sangue clama por Justiça; Teu sangue clama por Reforma Agrária*. Por essa razão o sangue é, uma vez mais, líquido que rega, fecunda e faz brotar, ou semente que fará nascer ou renascer a luta.

Francisco Domingos Ramos era presidente do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas* – ES. No dia 18 de setembro de 1987, ele foi ameaçado de morte pelo latifundiário José Milton Breda, dentro do *Sindicato*. Na noite do dia 05 de fevereiro, após participar de uma reunião, foi assassinado pelas costas, enquanto se dirigia para a sua casa, na comunidade de Montes Claros, em Pancas. Consta que Domingos Ramos foi assassinado por levar à justiça uma ação de defesa dos direitos trabalhistas de Dona Adelina Nemeck¹¹.

Em 12 de fevereiro de 1989 houve ato público de repúdio ao assassinato do sindicalista, em Pancas. Aproximadamente quatro mil pessoas participaram do evento, que contou com a participação do MST, da CPT, da CUT, do PT, do PMDB, do PDT. Estavam ali, segundo informa o *Boletim da Agência Ecumênica de Notícias*, para “denunciar e também testemunhar sua determinação de continuar a luta pela qual Francisco deu sua vida”. A viúva de Francisco, Maria José, “comunicou sua decisão de participar do sindicato, dispondo-se até mesmo a dirigi-lo, se for o caso”¹². O ato foi seguido de missa em memória Francisco Domingos.

Porque martírio é convocação. Aponta para o futuro e chama à ação. É por isso que Josimo, Francisco Domingos, que continuarão vivos pelo mistério do encantamento a eles conferido, se tornam caminho, mostram os passos da caminhada que a comunidade deverá seguir. Isso pressupõe atualizar o legado do sujeito martirizado como uma maneira de prestar homenagem, mas também dar continuidade ao projeto interrompido por ocasião da morte.

Em 08 de junho de 1986, às 19:00 horas, realizou-se, na Catedral da Sé, em São Paulo, a missa de trigésimo dia pela morte do padre Josimo. A celebração foi denominada *Missa da Terra* e foi celebrada pelo cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, auxiliado por D. Luciano Mendes e pelos bispos D. Décio Pereira e D. Joel Ivo Catapan, mais 40 padres. A missa foi assistida por um público estimado em 1.500 pessoas.

¹¹ SIAN. Sindicato dos Trabalhadores Rurais. *Carta aberta à população*. Pancas 19 set. 1986. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1894224&v_aba=1. Acesso em 29 mar. 2022.

¹² SIAN. AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS. Boletim n. 94, 10 mar. 1988, p. 3. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1894224&v_aba=1. Acesso em 29 mar. 2022.



No centro da catedral uma cruz de madeira e a camisa ensanguentada do padre materializavam a violência do latifúndio, e D. Paulo convocou os presentes a repetirem as frases: “O padre Josimo nos transmite a Vida”, “Deus vai nos trazer um novo tempo”, “Nosso Deus é de Justiça e Verdade”, “Não havendo Justiça no campo, não haverá paz no país”¹³. Ali, mais uma vez, nas palavras dos oradores e num panfleto com o roteiro da *Missa da Terra*, reafirmava-se a figura do mártir e do valor do sangue por ele derramado: “o sangue dos mártires irriga os caminhos da nossa libertação e exige de nós, cristãos e homens de boa vontade, o compromisso de continuar a luta por eles iniciada”¹⁴.

A celebração dos mártires está mais voltada para as condições materiais causadoras da violência, destina-se mais aos vivos do que aos mortos; o mártir é, me parece, apenas o pretexto para atingir o cerne dos problemas sociais, para desnudar suas causas e seus agentes, além de cobrar respostas políticas sérias e comprometidas com a modificação das estruturas necrogovernamentais.

Pelo mártir se vê as outras tantas vidas imersas na mesma violência. Por ele e com ele, se desfiavam as variadas formas de violações de direitos no campo e na cidade. É um luto coletivo. Como também se configuram as lutas partilhadas e vividas na comunhão de ideias e de interesses.

Daí porque na *Missa da Terra*, os presentes puderam ouvir os dados da CPT indicando que, somente para o ano de 1986, havia o registro de 2.147 conflitos de terras no país e que em doze estados da federação já se registraram mortes de lavradores¹⁵. Por isso, as preces do *Ato Penitencial* lembravam que:

Doze milhões de irmãos nossos no campo lutam dia a dia para ter um pedaço de terra para sustentar a si e sua família. [...] Na cidade e no campo, mais da metade da população passa fome enquanto grande parte da terra fica sem produzir só para gerar lucro fácil. [...] Pela morte de Pe. Josimo, e de outros 90 agentes de pastoral e trabalhadores, que foram assassinados impunemente, só neste ano, pelos grandes senhores de terra. Pelos posseiros expulsos de sua terra, oito dos quais, assassinados no Vale da Ribeira, em São Paulo [...]¹⁶.

Desse modo, o rito litúrgico expunha a realidade fundiária brasileira, desnudando, principalmente, a exclusão dos pobres da terra, a concentração fundiária, a opção pela grande propriedade capitalista e a impunidade que gera mais violência.

No *Ofertório*, mais uma entrada no problema da violência no campo: os trabalhadores rurais

¹³ SIAN. Missa de trigésimo dia pelo padre Josimo Moraes Tavares. 1986. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1910790&v_aba=1. Acesso em: 23 mar. 2022.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ *Ibid.* A afirmação foi pronunciada pelo padre Ricardo Rezende, coordenador da CPT na região Araguaia-Tocantins.

¹⁶ *Ibid.*





assentados em Porto Feliz – SP, ofereceram no altar uma cópia do livro *Assassinatos no campo: crime e impunidade*, de autoria do MST¹⁷, que fez o levantamento de 1.106 assassinatos entre 1964 e 1985.

D. Paulo Evaristo Arns, presidente da celebração, caracterizou àquele momento como “difícilimo” para o país e para a Igreja, e decisivo “diante do agravamento da violência fundiária e da urgência em favor da reforma agrária”. Lembrou que “todos os países desenvolvidos realizaram esta reforma na hora certa, e o Brasil deve fazê-la sem demora”¹⁸.

A missa dos mortos no campo é uma combinação de fé, de luto, de denúncia e de protesto. Assim, a Igreja Católica, que fez a opção preferencial pelos pobres, abre-se novamente para somar forças com outras representações da sociedade civil na cobrança da garantia do processo de democratização, que deve, obrigatoriamente, incluir os trabalhadores do campo e representar a partilha da terra para os que nela trabalham.

A partir dos anos 1970, em pleno regime militar, as missas conseguiram abrir um importante espaço de resistência, por onde se exprimiria a reação de diversos setores da sociedade contra o arbítrio da ditadura. Principalmente em São Paulo, também na Catedral da Sé, realizaram-se as celebrações de protesto pelo assassinato de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, morto sob tortura em 19 de julho de 1971, e pelo assassinato de Alexandre Vannucchi Leme, militante da *Ação Libertadora Nacional* – ALN, morto em março de 1973 (TELES, 2010, p. 267).

As celebrações significaram, além de momentos de protesto e de denúncia, a oportunidade do reencontro e do retorno da sociedade civil ao espaço público e ao cenário político brasileiro, furando a barreira imposta pela ditadura e desafiando o poder dos militares. E, se nos anos 1970, as missas impulsionaram e alimentaram a luta pela redemocratização do país (TELES, 2010, p. 268), especialmente quando centradas nas vítimas urbanas do regime autoritário, nos anos 1980, na vigência do governo civil de José Sarney, elas se tornavam a explicitação de que a democratização não foi capaz de alcançar as populações rurais, nem representou o declínio da violência no campo.

As missas de protesto e de culto aos mártires da terra realizaram, de certa forma, o encontro da cidade com o seu outro, o campo, que aparecia sob os olhos nacionais em cores tristes de se ver, marcado pela intensificação dos conflitos, pela exclusão e expulsão dos trabalhadores rurais de seus locais de vida e de trabalho, e pela escalada vertiginosa da violência em suas diversas formas. Mas

¹⁷ Sobre a publicação deste dossiê, ver: MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. Lembrar os mortos em combate pela terra: o MST reivindica a memória das vítimas da ditadura. *Clio*, Recife, v. 38, n. 1, pp. 501-525, 2020.

¹⁸ Folha de São Paulo. *Para D. Paulo o momento é “difícilimo”*. 9 jun. 1986, p. 4.





também um campo que se agita, que se move, se organiza e que clama por reforma agrária.

A transformação do rito religioso em ato político e de julgamento da sociedade já se manifesta no convite e na convocação da população. As missas dos mortos, sejam as de corpo presente, as de sétimo dia, ou de aniversário de morte, são anunciadas como grandes atos contestatórios.

Justamente por esse caráter denunciatório e agregador dos setores descontentes da sociedade brasileira, as missas continuaram na mira dos serviços de informações do governo federal, além de provocarem o arrepio dos poderes locais incomodados com a postura política da Igreja dos pobres. Era o poder em seu exercício de vigilância e de controle dos vivos e também dos mortos. Porque controlar o luto público é uma maneira de manter sob controle a imagem do próprio poder, selecionando quem deve ou não ser lembrado. Além disso, uma memória construída sob a ótica da dor e do sofrimento dos pobres da terra também coloca em risco o poder, sobre quem recai o peso da violência estruturada.

Por isso o SNI solicitava, em outubro de 1986,

Acompanhar encontro nacional entre membros da Igreja e sindicalistas, em 12 de out. 86, em Cascelheira/MT, a ser promovido pela prelazia de São Félix/MT e o Partido dos Trabalhadores (PT). O evento deverá contar com a participação de ativistas de todo o Brasil e exterior¹⁹.

Tratava-se do aniversário de 10 anos do assassinato do padre João Bosco Penido Burnier, assassinado em 12 de outubro de 1976. As comemorações em homenagem ao padre estavam previstas para os dias 11 e 12 de outubro de 1986, ocasião em que seria inaugurada a *Igreja dos Mártires da Caminhada*, no local onde João Bosco foi executado.

Da solicitação do SNI resultou um relatório minucioso, produzido pela agência de Mato Grosso do Sul, dando informações sobre todos os momentos e todos os participantes do encontro.

Por ele, sabe-se que a festa incluiu romaria, procissão, exposição de fotografias de vários mártires, peças teatrais e a missa denominada *Eucaristia dos Mártires*. Inúmeras entidades estavam presentes: CUT, CIMI, CPT, MST, *Comissão Pastoral Operária – CPO*, *Comissão Pastoral do Menor – CPM*, *Comissão Pastoral da Juventude – CPJ*, o *Partido dos Trabalhadores*, diversos bispos e padres, representantes de diversas paróquias e cidades de todo o país. Estiveram presentes

¹⁹ SNI. Comemoração do aniversário da morte do padre João Bosco Penido Burnier, e inauguração da Igreja dos “mártires da caminhada”, em ribeirão Bonito/MT. 1986. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1954584&v_aba=1. Acesso em 24 mar. 2022.



representantes de países como o México, Peru, República Dominicana, Chile, Colômbia, Venezuela, El Salvador, França, Moçambique.

Nele, registrou-se a homilia dos bispos ali presentes: D. Antônio, bispo de Jiparaná, homenageou os mártires destacando a decisão de dar a vida em favor dos que sofrem as injustiças sociais, lembrando que, no Brasil, lutar pela vida, “é olhar realmente para aqueles que estão condenados à morte”; D. Pedro Casaldáliga fez referência ao sangue dos mártires, “um colírio que nos lavou os olhos para enxergarmos a injustiça estrutural, as falsidades das Novas Repúblicas e a traição de muitos irmãos”²⁰.

O mártir é aquele que faz ver, que abre os olhos. Esse é um dos mais recorrentes significados da celebração martirial, memória da morte para que os demais tenham vida, e isso pressupõe enxergar e interpretar os fatos sociais, realizar o julgamento político do mundo, opor-se às estruturas causadoras da violência e da opressão, tomar posição diante das injustiças sociais.

Essa imersão nos problemas sociais é o que faz do *discurso de martirização* um alvo da vigilância e do controle do governo. E que faz a celebração martirial deixar de ser apenas uma homenagem aos mortos para se tornar ato “subversivo” e de “incitamento à luta de classes”.

É o que aparece, por exemplo, no *Relatório Anual de Informações* do Ministério do Exército, de 1986. Na primeira parte, dedicada ao *Movimento Religioso*, que o documento caracteriza como atuação do *Clero Progressista* de inspiração marxista, a missa do décimo aniversário do padre João Bosco Burnier está listada na atividade 27) *Ano dos Mártires da Caminhada*. Na descrição do Relatório lê-se:

Os que morreram nos conflitos pela terra, os “oprimidos”, foram transformados em “mártires”, da causa pela terra, e cultuados como santos. O sangue desses mártires foi apontado como “semente da libertação”. [...] Foi incitada a organização e a mobilização para, através da luta armada (grifo do CIE) atingir a “libertação”. [...] Foi mais um trabalho de massa do “clero progressista”, que valendo-se do espírito religioso do povo, deturpou celebrações, mistificando como mártires e santos, através de cânticos, procissões e apelos espirituais, simples trabalhadores rurais que tomaram nos conflitos de terra, muitas vezes incitados por elementos deste “clero progressista”, descaracterizando a fé em nome de uma pretensa teologia – a da “libertação”, confundindo os seguimentos mais simples da população com o único intuito de lavá-los, como elementos de manobra à condução de seus reais objetivos – mudar as estruturas do país e instalar aqui uma nova sociedade²¹.

Nessa análise da autoridade ministerial, há, pelo menos, três aspectos que quero ressaltar: o primeiro diz respeito à permanência de uma postura defensiva do Exército brasileiro em relação à ala

²⁰ *Ibid.*

²¹ SIAN. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Relatório anual de informações*, 1986.

Progressista da Igreja Católica, que ele considera um grande risco para a ordem do país, especialmente nas áreas rurais. Mantém-se a mesma visão que, durante a ditadura militar, vê essa Igreja como mensageira da ideologia marxista e pregadora de uma revolução comunista no campo. Do mesmo modo em que se preserva a visão de que os camponeses são incapazes de organização e ação política, dependendo, pois, da manipulação de agentes como os “esquerdistas” religiosos e militantes políticos.

Em segundo lugar, a autoridade sabe que o mártir goza de um estatuto diferente, que a morte de determinadas figuras não passará despercebida, não será invisibilizada. Reconhece que o martírio é capaz de abrir um espaço público de notoriedade para o corpo massacrado no campo, chamando a atenção para o problema da violência, despertando a consciência da população brasileira. Sabe que o martírio desarruma a costumeira produção de corpos executáveis no campo, retirando a morte das vidas precárias do lugar de naturalidade para transformá-la em questão socialmente relevante, em problema de segurança e de governo. Daí resulta a tentativa de desqualificar o sujeito martirizado, negando-lhe a condição de corpo merecedor de luto.

Por fim, ressalte-se a naturalização da morte dos “simples trabalhadores rurais”, dos quais se tenta negar o direito à comoção pública e ao martírio. Implícito está uma interpretação e uma gestão política dos corpos que considera desimportantes, inválidas, imprestáveis, descartáveis e matáveis algumas vidas. Caracterização da vida precária, do corpo vulnerável, definição de quem, nos interstícios do poder, não é merecedor do status, nem do direito à vida.

Negadas socialmente como vidas, são rejeitadas uma segunda vez, no ato da morte, por uma negrogovernamentalidade que tenta ocultar e proibir o lamento e o luto público. “Elas não poder ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas ou, melhor, nunca ‘foram’, e elas devem ser assassinadas, já que aparentemente continuam a viver, teimosamente, nesse estado de morte” (BUTLER, 2019, p. 54).

A celebração martirial é o lugar onde o luto e o protesto se encontram para conferir aos pobres da terra a dignidade da vida, reconhecendo a importância das suas existências e lamentando a sua perda. É também a tribuna onde se denuncia a violência e se nomeia os seus responsáveis, politização da morte no campo que pretende fazer justiça aos mortos. Também é, deve-se acrescentar, um lugar de registro da violência no meio rural e arquivo de homens e mulheres comuns, trabalhadores rurais, que, dificilmente, seriam lembrados, pelo fato mesmo de serem enquadrados socialmente como não vidas.

Mostrei, até aqui, exemplos da celebração martirial de religiosos, homens ligados ao serviço

da Igreja que tombaram por sua aproximação com os pobres, essa perigosa opção que, na América Latina, fez nascer inúmeros mártires. Mas o martírio não exclusividade dos religiosos. O “mártir”, lembra D. Pedro Casaldáliga, “é aquele que leva a sua fidelidade ao Evangelho, ao Deus da Vida, ao amor pelos irmãos até as últimas consequências” (CASALDÁLIGA, 1988, p. 231). “Evidentemente”, completa:

[...] para nós, cristãos, aquele que morre conscientemente pela causa da justiça, da verdade, da liberdade, contra a tortura, professando a sua fé no Deus da Vida, que é o Deus de Jesus Cristo, será mártir cristão. Aquele que morre pela mesma causa sem uma fé explícita não será mártir explicitamente cristão. Os dois, entretanto, são mártires, porque foram fiéis a esta causa maior do Reino (CASALDÁLIGA, 1988, p. 231).

Foram tantos os martirizados por sua fidelidade na luta pelos direitos do homem na terra: Margarida Alves, Elói Ferreira da Silva, Gringo, Paulo Fonteles, Nativo Oliveira, Sebastião Lan, Ferreirinha etc.²² Espalhados pelo país, tombaram pela sustentação de variadas lutas, pela posse da terra, pelo pagamento de salários, contra situações de escravidão, contra ordens de despejos, pela defesa de suas roças e casas, pelo apoio jurídico, no caso de advogados.

O último caso que vos apresento é uma celebração pelo triplo assassinato de Manoel Veríssimo Neto, Raimundo Veríssimo Mano e Francisco Veríssimo Carlos, posseiros na fazenda Jandaíra, no município de Trairi – CE, em 09 de junho de 1986.

Consta do dossiê *Assassinatos no Campo*, elaborado pelo MST, que os assassinatos foram motivados pela resistência dos posseiros contra a presença de homens contratados pelo proprietário da fazenda para realizarem o desmatamento e a preparação da terra para o plantio. Diz-se que o dono da fazenda havia prometido um hectare de terra para cada família residente e garantido a não expulsão dos posseiros. Depois de dois meses, porém, ordenou o desmatamento e desalojou várias famílias. No dia 09 de junho, Manoel, Raimundo e Francisco foram mortos por tiro de revólver e espingarda, pelo tratorista José Gilson, que foi morto pelos trabalhadores a golpes de foices e facadas²³.

Em 15 de junho, em Trairi, celebrava-se a missa de sétimo dia seguida de ato público que reuniu cerca de cinco mil pessoas. O evento iniciou com passeata pelas ruas da cidade, onde os presentes entoaram cânticos e exibiram cartazes denunciando a violência rural e pedindo reforma agrária justa.

²² Uma exposição desses mártires foi realizada em 2019, pelo MST, na reunião de cartazes que compõe o livro *Sem Terra em cartaz*. MST. *Sem terra em cartaz*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

²³ MST. *Assassinatos no campo*, op. cit., p. 435 – 436.



A missa foi celebrada por D. Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, D. Paulo Eduardo Ponte, arcebispo de São Luís – MA, D. José Mauro Ramalho de Alarcon y Santiago, bispo de Iguatu – CE, D. Pompeu Bezerra Bessa, bispo de Limoeiro do Norte – CE e D. Benedito Francisco de Albuquerque, bispo de Itapipoca – CE. Além de padres de diversas paróquias.

Na pregação de D. Aloísio Lorscheider, foi feito o apelo aos pequenos para que haja justiça, “pois não serão com promessas das pessoas importantes que será feita a R.A (reforma agrária), pois essas promessas são só para iludir”. E completou dizendo que “o sangue dos lavradores não será inútil e gerará frutos”²⁴.

Recorre-se, uma vez mais, ao sangue fertilizante da luta. Os trabalhadores mortos, Manoel, Raimundo e Francisco adquirem, ali naquela celebração, um estatuto outro, não mais simples posseiros, mas exemplos de resistência e de luta que anima e dá continuidade à caminhada.

Ao final da missa, houve ato público diante da igreja, onde se manifestaram entidades como a Central Única dos Trabalhadores, o Centro Brasil Democrático, a CPT, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trairi. Na ocasião foi criticada a Reforma Agrária da República de Sarney, a atuação da UDR no Ceará, acusada de ser responsável pela intensificação dos conflitos no estado. Além de declarações em favor da realização da reforma agrária pelas mãos dos próprios trabalhadores, “na marra”.

A celebração foi vigiada pelo poder público, que enxergou nela mais do que o ato religioso, preocupada com os desdobramentos políticos daquela reunião de lavradores impactados pela violência do latifúndio, pela chacina no campo cearense. A Polícia Militar montou barreiras nas estradas de acesso à cidade de Trairi, interceptou os ônibus que chegavam e revistou os trabalhadores, à procura de armas, em busca de elementos que pudessem, de alguma forma, criminalizá-los, ou, de maneira mais larga, deslegitimar o movimento. Tratava-se de uma operação de desarmamento na véspera de uma missa.

A imprensa local divulgou a operação como medida de segurança, de precaução, e, para escamotear ainda mais a tentativa de criminalização da manifestação, afirmou que as barreiras e a vistoria pretendia garantir a integridade física dos presentes²⁵.

Ora, já era pública a opinião do secretário de Segurança Pública do Ceará, Feliciano de Carvalho, acerca do conflito na fazenda Jandaíra e do assassinato dos trabalhadores. Ele culpou a

²⁴ SIAN. Missa e ato público em Trairi/CE, 1986. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1982559&v_abas=1. Acesso em: 29 mar. 2022.

²⁵ Diário do Nordeste. *Missa e passeata reúnem 5 mil pessoas em Trairi*. 16 jun. 1986.



Igreja Católica pelo ocorrido, afirmando que as CEBs estavam inquietando o campo. Por ordem sua, antes do amanhecer, um contingente de 35 policiais já aguardava os trabalhadores manifestantes. Vinham enlutar os seus companheiros mortos e encontravam barreiras policiais destinadas a desarmar, diga-se, não somente os corpos, mas também os espíritos, a vontade de justiça, a força resistente.

Barreiras que pretendiam, também, dificultar o luto e evitar a transformação dos mortos em mártires, em personalidades simbólicas da luta pela terra; impedir a politização da violência no campo, que os jornais costumavam tratar pelo substantivo simplificador *confronto*. Tentativa que não impediu a realização de grande romaria pelas ruas centrais da cidade de Trairi, da qual participaram homens, mulheres, crianças e idosos que, portando faixas e cartazes de protesto e em alusão à reforma agrária, alternavam-se entre o luto da perda dos agricultores e a luta por Justiça, pela paz no campo.



Figura 2: Barreira nas estradas – Trairi – CE. Fonte: Diário do Nordeste, 16 ago., 1986.

A cruz de Cristo deu o rumo da romaria, símbolo do sacrifício divino que somava-se, ali, à simbologia da entrega do homem comum, pelas vestes dos agricultores mortos, ofertadas na celebração eucarística. Tentativa de presentificação do ente ausente, vontade de memória sacrificial,

martirológica. Luto e protesto, ou, para lembrar a expressão de Judith Butler, “protesto enlutado” (BUTLER, 2021, p. 69), retirando da invisibilidade os mortos no campo, dando-lhes o direito à vida, ainda que retrospectivamente.



Figura 3: Agricultores em romaria pelas ruas de Trairi. Fonte: Diário do Nordeste, 16 ago., 1986.

Por fim, cabe ressaltar a função de formação e de encorajamento político dos trabalhadores rurais participantes dessas missas martiriais, ensinamento que reúne em um só evento o discurso e a prática da luta por direitos dos homens do campo, uma vez que, o chamado ao culto dos mortos é também uma convocação para a caminhada, a procissão, o debate, o grito de protesto, o levantamento de cartazes etc. É a expressão concreta da reunião dos termos quase homônimos *luto* e *luta*.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- BUTLER, Judith. **A força da não violência: um vínculo ético-político**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CASALDÁLIGA, D. Pedro. **Na procura do reino: antologia de textos 1968/1988**. São Paulo: FTD, 1988.

CASALDÁLIGA, D. Pedro. **Creio na justiça e na esperança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de novembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

FRANCO, Fábio Luís. **Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade**. São Paulo: Ubu Editora.

LE BRETON, David. **Antropología del dolor**. Barcelona: Seix Barral, 1999.

MARINS, J; TREVISAN, M. T; CHANONA, C. **Martírio: memória perigosa na América Latina hoje**. São Paulo: Edições paulinas, 1984.

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. **Lembrar os mortos em combate pela terra: o MST reivindica a memória das vítimas da ditadura**. *Clio*, Recife, v. 38, n. 1, pp. 501-525, 2020.

MST. **Sem terra em cartaz**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. O calendário e golpe de 1964. Temporalidade, escrita da história e hagiografia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, n. 67, pp. 111-129, 2014.

SOUZA, Edimilson Rodrigues de; CICCARONE, Celeste. A fabricação de mártires encantados e suas apropriações por coletivos rurais e indígenas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 29, n. 85, p. 33 – 48, jun., 2014.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010